



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

Câmara Técnica de Atenção à Saúde

PARECER TÉCNICO Nº 03/2023

Resposta ao Processo Administrativo 242/23 que solicita um parecer técnico sobre atuação do enfermeiro nas disfunções do assoalho pélvico.

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer técnico encaminhado por enfermeiras do Serviço de Estomaterapia do Hospital Conceição de Porto Alegre sobre atuação do enfermeiro nas disfunções do assoalho pélvico.

II – ANÁLISE FUNDAMENTADA

As disfunções do trato urinário inferior e do assoalho pélvico, possuem alta prevalência, especialmente entre mulheres e interferem na qualidade de vida. Sendo que, as principais disfunções do assoalho pélvico são a incontinência urinária, a incontinência fecal/anal, a síndrome de obstrução da evacuação e os prolapsos de órgãos pélvicos.

A incontinência urinária é definida como a perda involuntária de urina, geralmente não se reverte espontaneamente e pode ser: de esforço, de urgência, mista, de transbordamento ou paradoxal, funcional e contínua. Causada por múltiplos fatores, dentre os quais: envelhecimento, genética, raça branca, obesidade, polifarmácia, tabagismo, constipação, alimentos irritantes vesicais, doenças crônicas, infecções do trato urinário, cirurgias pélvicas, atividades físicas de alto impacto na região abdominal, trauma do assoalho pélvico, enfermidades neurológicas, déficit cognitivo e funcional.



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

Além desses, as mulheres possuem alguns fatores específicos como: gravidez, histórico obstétrico, histerectomia, menopausa, terapia hormonal substitutiva e cirurgia ginecológica (OLIVEIRA et al, 2018; LOPES et al, 2017).

Segundo o portal de coloproctologia a incontinência anal ou fecal é a incapacidade de controlar a eliminação, pelo ânus, de gases ou fezes de consistência líquida, pastosa ou sólida até o momento desejado. Esta incontinência é um sintoma que pode ocorrer em qualquer faixa etária, com predominância em idosos. O tratamento nem sempre é cirúrgico. As mudanças do hábito alimentar e exercícios de condicionamento do controle anal (biofeedback) apresentam bons resultados.

O Parecer de Câmara Técnica nº 04/2016/CTAS/COFEN que trata sobre procedimentos da área de enfermagem, dentre os quais, tratamento conservador de incontinência urinária e fecal, exercício de assoalho pélvico, eletroestimulação, biofeedback, treino vesical e os demais manejos conservadores, realizados por enfermeiro e/ou enfermeiro Estomaterapeuta, no item 3, destaca:

3. ÁREAS DAS INCONTINÊNCIAS:

3.1. Incontinência urinária e/ou anal:

[...]

d) Pós-operatório tardio (ambulatorial ou domiciliário)

- Orientar e implementar os treinos vesical e/ou intestinal, com vistas à reeducação do paciente no tocante aos hábitos miccional e evacuatório.
- Orientar e implementar o cateterismo vesical intermitente limpo, preparando o paciente para o autocuidado, ou treinando o seu cuidador, quando indicado.
- Implementar o cateterismo vesical de demora, bem como o uso de equipamentos adequados, quando indicado.

Reeducação do incontinente:

[...]

- Orientar e realizar programa de exercícios para o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, com vistas à obtenção da continência urinária e/ou anal.
- Realizar programa de biofeedback, para propiciar ao paciente o reconhecimento das estruturas anatômicas a serem fortalecidas, por ocasião da realização de exercícios perineais.



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

- Orientar e realizar programa de uso de cones vaginais, com vistas ao reconhecimento e fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico.
- Realizar terapia de eletroestimulação para fortalecimento de musculatura do assoalho pélvico, com o uso de eletrodos de superfície, probes endovaginais ou endoanais, quando necessário.
- Avaliar, implementar e orientar a utilização de pessários vaginais para a correção de prolapsos de órgão pélvico, quando indicado.
- Avaliar, implementar e orientar a utilização de plug anal para a melhora da continência anal, quando indicado.
- Avaliar, implementar e orientar a utilização de demais equipamentos disponíveis no mercado, com vistas a melhorar a continência urinária e/ou anal e seu impacto na qualidade de vida dos clientes por elas acometidos.

Ressalta ainda, em sua conclusão que não foi encontrado impeditivo legal para a execução desses procedimentos por profissional Enfermeiro e/ou Enfermeiro Estomaterapeuta respeitando-se o escopo legal do exercício profissional.

Em relação a legislação deve-se considerar a Lei do exercício profissional e seu decreto regulamentador nº 94406/87, que dispõe:

- Art. 8º – O enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhes;
- I – Privativamente:
- [..]
 - e) consulta de Enfermagem;
 - f) prescrição da assistência de Enfermagem;
 - [..]
 - h) cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas.

A resolução Cofen 358/2009 que dispõe sobre Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, com destaque para:

Art. 1º O Processo de Enfermagem deve ser realizado, de modo deliberado e sistemático, em todos os ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

[...]

Art. 3º O Processo de Enfermagem deve estar baseado num suporte teórico que oriente a coleta de dados, o estabelecimento de diagnósticos de enfermagem e o planejamento das ações ou intervenções de enfermagem; e que forneça a base para a avaliação dos resultados de enfermagem alcançados.

Cabe destacar, o Parecer Coren SP nº15/2022 que trata sobre a atuação do enfermeiro na reabilitação do trato urinário inferior e conclui que estas atividades são de competência do enfermeiro no processo de cuidar, respaldado na legislação de enfermagem.

III – CONCLUSÃO

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul é uma autarquia pública que tem como principal finalidade contribuir para uma assistência de enfermagem de qualidade e livre de danos decorrentes de imperícia, imprudência e negligência.

Conclui-se, frente ao exposto, que não há impeditivo legal para a execução destes procedimentos pelo enfermeiro e/ou enfermeiro estomaterapeuta. O enfermeiro com formação técnica, qualificado, poderá realizar a assistência de enfermagem referente a reabilitação do assoalho pélvico.

Salienta-se a importância do registro da assistência prestada, com respaldo das atividades em protocolo institucional, independente do cenário em que o cuidado é realizado, hospitalar, ambulatorial e/ou domiciliar.

É o parecer.



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

Camila Almeida
COREN RS 140408

Cecília Maria Brondani
COREN RS 36170

Dóris Baratz Menegon
COREN RS 26566

Michael Vieira do Amarante
COREN RS 190424

Maristela Vargas Losekann
COREN RS 55436

IV- REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei do Exercício profissional da Enfermagem nº 7498 de 25 de junho de 1985. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em 11/08/23

BRASIL. Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987 que Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html >. Acesso em: 11/08/23.

LOPES MHBN; COSTA JN; ALMEIDA LIMA JLD; OLIVEIRA LDR; CAETANO AS. Programa de reabilitação do assoalho pélvico: relato de 10 anos de experiência. Rev. Bras. Enferm. 70 (1) Jan-Feb 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/thPDR5zy33GrKHCg4KQ6YGN#> Acesso em 11/08/23

OLIVEIRA LGP, OLIVEIRA AG., SOUZA G, RESENDE MA. Incontinência urinária: a atuação do profissional de enfermagem. Revista Eletrônica Acervo Saúde, (18), e 118.



Homologado pelo Plenário Coren-RS,
em sua 481ª Reunião Ordinária, em
25/08/2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

2018. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/118>.
Acesso em: 11/08/23

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COLOPROCTOLOGIA. Incontinência anal. Veículo oficial da sociedade brasileira de coloproctologia. 12 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://portaldacoloproctologia.com.br/doencas/incontinencia-anal/> Acesso em 11/08/23.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 358/ 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html Acesso em 11/08/22.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. PARECER DE CÂMARA TÉCNICA Nº 04/2016/CTAS/COFEN. Manifestação sobre procedimentos da área de enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-no-042016ctascofen_45837.html. Acesso em 11/08/23.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. parecer Coren SP nº 15/2022. Atuação do enfermeiro na reabilitação do trato urinário. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/PARECER_015_Atuacao_Enferm_Trato_Urinario.pdf. Acesso em: 11/08/23